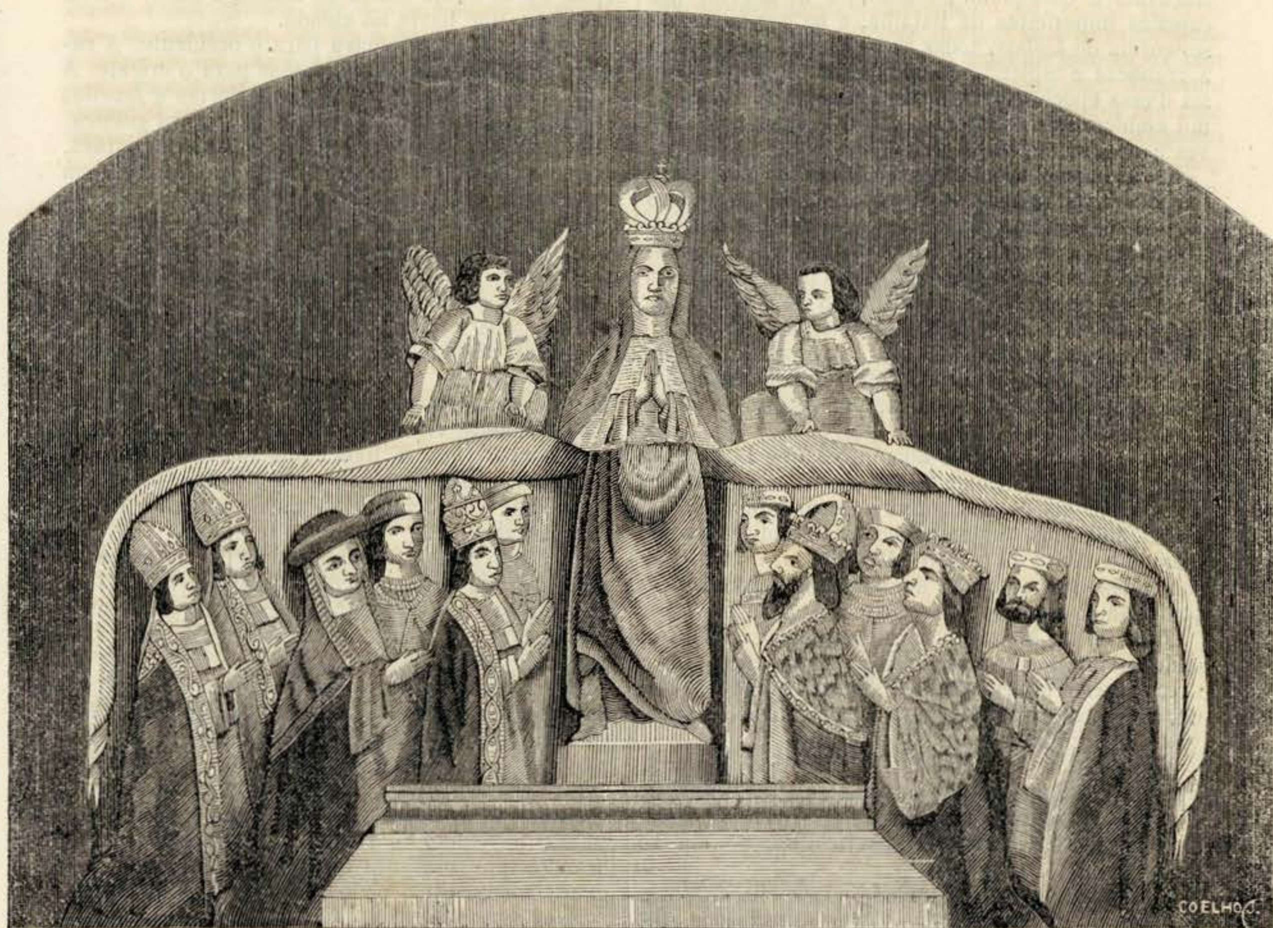


Baixo-relevo da antiga egreja da Misericordia

A ÉPOCHA DEL-REI D. MANUEL — INSTITUIÇÃO DA CONFRARIA DA MISERICORDIA — O SEU MAGNIFICO TEMPLO, QUE O TERREMOTO DESTRUIU — E A EGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA, QUE SE ERGUEU NO SEU LOGAR. [1]

O reinado de D. Manuel foi para Portugal a sua edade de ouro. N'esta epocha abençoada surgiram, e realisaram-se entre nós todas as aspirações elevadas e generosas, que podem felicitar e ennobrecer um povo.

Portugal, com orgulho o dizemos, marchava então na vanguarda das mais nações pelo caminho da civilisação. E tomando-lhes a dianteira com passo firme e ousado, ensinou-lhes a sulcar mares ignotos; rasgou o véo que lhes encobria as portas da India e do Brasil; assentou-lhes o commercio em novas bases, promettedoras de engrandecimento e prosperidade; deu-lhes novas condições de existencia; traçou novo rumo ao progresso humanitario; lançou, em fim, os fundamentos á moderna civilisação!

Esta nossa querida patria, ainda ha pouco abatida, e este nome de portuguezes, de que chegámos em horas más a envergonharmo-nos, brilharam então no mundo, fulgurando em todo o genero das glorias humanas!

A Africa, a Asia e a America, avassallada ao *rei afortunado*, vasavam-lhe prodigamente nos cofres o seu ouro, diamantes e perolas, e as suas preciosas especiarias. A riqueza originou o luxo. O luxo amaciou e poliu os costumes, creou ou deu impulso e lustre ás boas artes.

As emprezas audaciosas dos descobrimentos e conquistas estimularam os brios nacionaes; elevaram o espirito publico ás regiões da heroicidade, e deram o ser a uma litteratura rica, variada e brilhante.

Confiados na protecção de Deus, e conscios da sua força e dos seus recursos, todos os portuguezes disputavam competencias na obra maravilhosa do engrandecimento e gloria d'esta illustre nação, que a Providencia collocou n'uma tão estreita orla da Peninsula, como se quizesse mostrar até onde podia exaltar os humildes.

D'est'arte, ao mesmo tempo que as nossas armas resplandeciam victoriosas nas mais longinquas partes do globo, floresciam em Portugal as letras e as artes. Em quanto Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral, D. Francisco d'Almeida, Affonso d'Albuquerque, e outros valentes capitães, enramavam de louros a coroa de D. Manuel, e estendiam o seu sceptro desde o Tejo até ás fontes do Nilo, e além das margens do Indo e do Amazona; Duarte Galvão, Azurara e Ruy de Pina immortalisavam com as suas pennas de ouro as proezas d'esses heroes. Gil Vicente, com os seus autos tão engraçados, fundava o theatro portuguez. E Bernardim Ribeiro, cantando amores e saudades na sua lyra maviosa e melancolica, enriquecia a poesia nacional com o genero bucolico. O grão Vasco, e Campello, manejando os seus pin-

[1] Vid. pag. 33 do II vol.

ceis com o arrojo e primor dos grandes mestres, creavam entre nós uma eschola de pintura. Affonso Domingues, Matheus Fernandes, e Diogo da Carta, traçavam e esculpiam no mosteiro de Belem, nas capellas imperfeitas da Batalha, e na egreja da Misericordia de Lisboa, todas as glorias da nação, toda a grandeza e esplendor d'esse reinado, e toda a poesia d'essa epocha sob a fórma graciosa e variada de mil emblemas e divisas; de mil delicadissimos relevos e imaginosas invenções.

Tão immortal reinado devia estrear-se com alguma idéa grandiosa. E estreou-se, com effeito, não só com uma, mas com duas idéas grandes pela sua significação, e immensas pelo seu alcance. A do descobrimento da carreira da India foi a primeira. A esta seguiu-se de perto a da instituição da confraria da Misericordia. Aquella foi o pensamento da regeneração da sociedade pelo crisol do trabalho, pelo poder da industria! Esta foi o pensamento do allivio e consolação da humanidade infeliz pelos santos esforços da caridade!

Havia pouco mais de dois annos que D. Manuel tinha subido ao throno. Eram passados alguns dias apenas, depois do seu consorcio com a princeza D. Isabel, filha dos reis catholicos, Fernando e Isabel, quando a morte do principe D. Affonso, filho d'estes soberanos, fez a rainha de Portugal herdeira presumptiva da coroa de Hespanha.

Partindo D. Manuel com sua esposa para Toledo, onde deviam ser reconhecidos e jurados herdeiros e successores d'aquelle throno, deixou regendo o estado, em quanto ausente, sua irmã a rainha D. Leonor, viuva del-rei D. João II.

Foi durante a regencia d'esta piedosa senhora, que, por solicitações do seu confessor, fr. Miguel de Contreiras, religioso trinitario, se instituiu a confraria de Nossa Senhora da Misericordia, no dia 15 d'agosto de 1498.

Celebrou-se esta solemnidade na capella de Nossa Senhora da Piedade, no claustro da sé de Lisboa, que ainda alli se conserva com a antiga invocação popular de *Nossa Senhora da Terra Solta*, titulo originado de ser terreo o pavimento da capella.

O compromisso da confraria era a expressão tão verdadeira e completa da sua sagrada invocação; realisava tanto á justa a alta significação da misericordia divina, que as miserias da humanidade, em todos os degraus da sua longa escala, achavam n'elle soccorro, consolação e allivio.

Ás donzellas infelizes dava dotes para se casarem; ás viuvas pobres amparo; aos orphãos abandonados recolhimento e educação; aos enfermos desvalidos agasalho e tratamento; aos peregrinos necessitados pousada e ajuda; aos captivos sem recursos resgate e transporte para a patria; aos presos sustento na cadeia, defesa nos tribunaes, e supplicas aos pés do throno; aos padecentes conforto religioso no oratorio e no seu transito para o patibulo; e em fim aos mortos em miseria preces e sepultura.

O illustrado monarcha, assim que regressou a Lisboa, não só approvou aquella santa instituição, mas com zelo piedoso tratou de a estender por todo o reino.

Grande em todas as suas aspirações, e compenetrando-se bem da elevação d'aquelle pensamento, resolveu que á grandeza do monumento humanitario, concebido por fr. Miguel de Contreiras, correspondesse o monumento de pedra erguido pelo rei de Portugal.

Começou-se a obra com fervor, mas tão vasta e magnifica era a sua traça, que não logrou ver-lhe o fim o augusto fundador. Concluida 13 annos depois da sua morte, reinando seu filho D. João III, inaugurou-se aos 25 de março de 1534, transferindo-se n'esse dia a confraria da capella do claustro da sé para a sua nova casa.

O templo de Nossa Senhora da Misericordia, era depois do de Santa Maria de Belem, o maior e mais sumptuoso que havia na cidade.

A porta principal olhava para o occidente. A capella-mór tinha as costas voltadas para o oriente. A porta travéssa deitava para o sul. Portas e janellas ostentavam todas as galas da architectura gothica. Vinte columnas de marmore de elevadissima altura, e curiosamente lavradas, seis dividindo a egreja em tres amplas naves, e quatorze meio embebidas nas paredes, sustentavam a abobada, toda de laçaria de pedra, com artesões e florões, onde se alternavam os emblemas da fé christã com as divisas do rei fundador. A capella-mór era um monte de ouro em obra de talha relevada de excellente esculptura.

No cruzeiro viam-se duas ricas e elegantes capellas occupando os topos, e dois bem ornados altares nas paredes lateraes. No corpo da egreja não havia primitivamente capella ou altar; mas no terceiro quartel do seculo XVI, uma dama abastada, chamada D. Simôa, edificou n'elle uma capella do lado do Evangelho, que dedicou ao Espirito Santo, dotando-a liberalmente.

Foi construida esta capella toda de marmores de côres, não em harmonia com as mais partes do templo, pois que o estilo gothico achava-se então proscripto, mas no gosto moderno da architectura classica.

Dois recolhimentos de orphãos, um hospital, espaçosas salas para a secretaria, cartorio e mais officinas formavam juntamente com a egreja um edificio vasto e grandioso.

Um dia bastou para lançar por terra esta soberba fabrica, que tantos annos levou a erigir-se. Derrocou-a o terremoto do 1.° de novembro de 1755; e o incendio que se seguiu reduziu a cinzas quasi tudo quanto o cataclismo poupára.

Duas partes do templo ficaram todavia illesas: a capella de D. Simôa, que desde 1594 estava consagrada ao Santissimo Sacramento, e a porta travéssa, que lhe ficava fronteira. O illustre restaurador de Lisboa, querendo conservar estas duas reliquias de tão grande e piedoso monumento, ordenou que se fizessem d'ellas um pequeno templo. A capella do Santissimo Sacramento ficou servindo na nova egreja de capella-mór, e a porta travéssa de porta principal.

Como a egreja de Nossa Senhora da Conceição, que fôra synagoga dos judeus, e que el-rei D. Manuel convertêra ao culto catholico, doando-a aos freires da ordem de Christo, se achasse destruida pelo terremoto, e não permitisse o novo plano da reedificação da cidade a sua reconstrucção, deu el-rei D. José em troca aos ditos freires a egreja feita dos restos da da Misericordia. Assim passou para esta o titulo de Nossa Senhora da Conceição, e o nome popular de *Conceição Velha*, que o vulgo dava á que fôra synagoga, desde que se acabou em 1730 a egreja parochial de Nossa Senhora da Conceição Nova.

Eis-aqui, pois, a historia d'esse templo gothico, que vemos na rua Nova da Alfandega, antigamente rua da Misericordia. Pena foi que o architecto, a quem se incumbiu o plano de aproveitar esses bellos restos do monumento derrocado, formando com elles um templo para a adoração de Deus, e um padrão historico para honra dos portuguezes, tão mal correspondesse á sua missão. O frontão de moderna e mesquinha architectura, que deu por coroa á nobre fachada do templo, ornada com as pompas do estilo gothico-florido; e as pilastras com que limitou a mesma frontaria, são um documento vergo-

nhoso, não só da capacidade do artista, mas tambem do nosso gosto pelas artes.

Em tempos muito proximos de nós commetteu-se n'este edificio um novo, e mais revoltante acto de vandalismo. Em 1813 arrancaram do portico o grupo de figuras, que occupava o vão, onde agora se vê uma vidraça com grades de ferro. Para dar ao templo mais alguma luz, não acharam outro meio senão despojar o portico do seu principal adorno, e o edificio da parte mais significativa, como monumento religioso e historico.

Aquelle grupo, que a nossa estampa representa, e que se guarda na sacristia, tem de comprimento quatro metros e quarenta centimetros. É composto de sete grandes pedras. No centro avulta a estatua de Nossa Senhora da Misericordia, cujo manto, suspenso por dois anjos, abriga e proteje dois grupos de figuras, que representam, de um lado o papa Alexandre VI, que approvou a instituição da Misericordia, fr. Miguel de Contreiras, instituidor, e varios prelados. Da outra parte el-rei D. Manuel, a rainha D. Maria, sua segunda mulher, e seus filhos.

Como obra d'arte revela a pouca perfeição dos artistas n'aquelle genero de esculptura, que não era o que mais sobresaía n'essa epocha, com quanto existam na egreja de Santa Cruz de Coimbra alguns bellos modelos de estatuas e de figuras de meio relevo, mandadas fazer por el-rei D. Manuel.

Como objecto historico e archeologico é d'alta valia e de muito interesse; pois que é a chronica de pedra da mais religiosa e caridosa instituição que os homens tem creado; e um quadro authentico dos costumes da epocha.

Como decoração do portico faz tanta honra ao talento do architecto que a imaginou, como deverá causar vergonha aos que a tiraram do seu logar, destruindo assim o sublime pensamento de adoração, que o poetico cinzel do esculptor gravou na pedra, cercando o portico de cherubins.

Faria por certo um bom serviço, quem restituisse este grupo de figuras ao formoso portal da Conceição Velha. Porém se este voto não obtiver satisfação, pediamos ao menos que se restituisse a pedra das figuras á sua cor natural, se estas ainda se acham como a ultima vez que as vimos, pintadas com grosseiras côres.

Pela extincção das ordens religiosas, em que os freires de Christo foram comprehendidos, esteve condemnado este templo a ser vendido e demolido. Felizmente houve quem representasse contra similhante attentado, e conseguisse salvar o que duas grandes catastrophes não poderam destruir.

I. DE VILHENA BARBOSA.

MARTIM DE FREITAS

A fidelidade de Martim de Freitas, alcaide de Coimbra por D. Sancho II, é um dos mais heroicos feitos da antiga honra e cavallaria portugueza. Alexandre Herculano diz: «Martim de Freitas é o symbolo dos homens que, na quéda de D. Sancho, souberam respeitar o pundonor de cavalleiro e a religião do juramento [1].»

O nosso amigo e collaborador Mendes Leal, transportou para a téla dramatica este quadro poetico da historia patria, realçando-o com os accessorios, e illuminando-o com as côres da sua brilhante e fecunda imaginação.

Os applausos que este drama recebeu no theatro normal, onde se representou, e os louvores unanimes da imprensa, bem nos dispensam de repetir ou paraphrasear o que já por todos foi lido com satisfação, de certo egual á que nós experimentámos, quando se presta a devida homenagem a um engenho tão peregrino e laborioso.

Tencionavamos dar em gravura os dois principaes personagens d'este drama, Martim de Freitas e o infante D. Affonso, representados pelos srs. Theodorico e Rosa, ambos rigorosamente vestidos ao uso d'aquella epocha, mas por ausencia do nosso primeiro desenhador em quanto o drama esteve em scena, não podémos proseguir com a tentativa começada na *Judith*, [1] que foi apenas um ensaio da reproducção das figuras theatraes pela gravura de madeira, como fazem hoje todos os jornaes pittorescos estrangeiros.

Limitâmo-nos pois a dar como amostra dos meritos d'este drama, a scena em que os dois citados personagens são interlocutores, toda ella escripta com valentia e propriedade de linguagem; dialogada com dignidade e energia, e onde a recta doutrina do alcaide supplanta a tortuosa politica do infante.

É um bom espelho para se mirarem os politicos do nosso tempo.

SCENA 2.ª DO II ACTO

MARTIM DE FREITAS, E O CAVALLEIRO DO INFANTE

MARTIM — Disseram-me que dos reaes do infante vinheis, senhor cavalleiro?

CAVALLEIRO — Venho.

MART. — A que?

CAV. — A trazer-vos palavras de conciliação e paz.

MART. *(sorrindo)* — A paz é facil: basta uma resolução.

CAV. — Qual?

MART. — Levantar o campo o infante.

CAV. *(vivamente)* — Uma vergonha não se acceita.

MART. — Nem se propõe. Escusado é então ouvir-vos.

CAV. — Que perdeis com isso?

MART. — O tempo.

CAV. — Ouvi-me todavia. *(imperiosamente)* — Em nome da terra portugueza... ouvir-me-heis.

MART. — E quem sois para assim me fallardes? quem vos envia?

CAV. — Ninguem.

MART. — Onde está a vossa carta de crença?

CAV. *(alçando a vizeira)* — Eil-a.

MART. *(ergue-se como assombrado, recúa sem poder acreditar o que vê, e por fim exclama)* — Vós?.. Vós!... aqui!

CAV. — É a primeira vez que na alcaçova de Coimbra me vêdes?

MART. — Bastantes vos vi... n'outro tempo. Estava então na alcaçova a curia, e na curia um homem...

CAV. *(magestosamente)* — Que se chamava Sancho II... Um grande nome!

MART. *(inclinando-se)* — E um grande rei!

CAVAL. — Que vos admira pois?

MART. *(dirigindo-se lentamente ás janellas)* Olhae, senhor. Aonde quer que deiteis os olhos achareis a corcova profunda e as muralhas torreadas, os homens de armas e as machinas de guerra. É espesso o adarve dos muros, são solidas as barreiras, e a levadiça corre de relance... A um aceno que eu faça...

CAV. *(sorrindo placidamente)* — Não fareis.

MART. *(com expressão em que a irritação desponta)* — Porque?

CAV. — Porque então não serieis Martim de Freitas. *(Martim fica pensativo: o cavalleiro observa-o. Longa pausa).*

[1] *Historia de Portugal*, t. II. pag. 416.

[1] Estampa a pag. 353 do III vol.

Mart. *(fitando-o)*—Tivestes fé no alcaide de Coimbra? *(vae ás portas e cerra-as).*

Cav. — Que fazeis?

Mart. *(volta, indica-lhe a sua propria cadeira, que o cavalleiro toma, e depois de o ver sentado, inclina-se profundamente na sua presença)* — Quero honrar-vos... como a quem sois.—Estaes nos paços da vossa familia. — Senhor infante D. Affonso, conde de Bolonha: escuto-vos.

D. Aff. — Estremado sois em cortezia... como em valor. *(intencionalmente)* Trataes-me n'esta casa... como senhor d'ella.

Mart. *(vivamente)* — Como hospede illustre, como senhor não. *(com firmeza)* Aqui não ha senão um senhor. *(pausa)* Não me dissestes ainda a que vinheis, nobre infante.

D. Aff. — Por governador do reino me reconheceram os prelados e ricos-homens... Não o sabieis, talvez, senhor alcaide?... Fluctua já em toda a parte a minha bandeira, por toda a parte abrem passo as minhas hostes, em toda a parte é obedecida a minha voz. Só Coimbra resiste, só Coimbra mantem esta divisão fatal. Por que? Para que? Cedendo Coimbra, firma-se a concordia, renasce a força, avigora-se a auctoridade.

Mart. *(tranquillamente)* — É ordem del-rei?

D. Aff. *(como se não percebesse)* —Victimas de mais tem havido em taes contendas. Por vós o experimentaes. *(movimento de Martim)* Dois filhos vos levou já a morte n'esta longa porfia... sei-o. Tantos feros cavalleiros caindo á porta de seus lares! E o infiel ahi a campear-nos pelas fronteiras!... Essas vidas preciosas são para mais altas emprezas... Oh! se todo o sangue que tem bebido esta terra se houvesse derramado pelo engrandecimento d'ella... o que não seria Portugal! Isto quero acabar... e ha de acabar... *(pausa)* podeis acabal-o vós!

Mart. *(como acima)* — É ordem del-rei?

D. Aff. — Entendo... respeito os vossos escrupulos. Aqui tendes as bullas de Roma. *(fazendo menção de tiral-as)* D'ellas vereis como o governo do reino me foi devidamente encarregado... e...

Mart. *(atalhando-o respeitosamente)* — Desculpae, senhor infante conde. Nós outros, homens de guerra, não sabemos decifrar pergaminhos... e bullas ainda menos. Seria preciso chamar os capellães do bispo... e esses não estão cá. Demais, negocio é este só de cavalleiros, creio. Uma ordem del-rei seria mais breve. Fio-vos que sem difficuldade lhe verificára o signal.

D. Aff. *(erguendo-se impetuosamente)* — Martim de Freitas?

Mart. *(friamente)* — Dizeis, senhor infante?

D. Aff. *(domando se, e em tom natural)* — Senhor Martim de Freitas, aos homens como vós falla-se com o coração nas mãos. Podem continuar esses odios mortaes das familias, essas soberbas intoleraveis dos prelados, essas devastações, essas cruezas... esse terremoto de paixões, capaz de soverter a monarchia? É preciso um braço robusto para enfrear as audacias, uma vontade firme para debellar as resistencias. É preciso quem possa, e queira, e saiba luctar n'esta lucta sem tregoas.

Mart. — O reino tem... o rei!

D. Aff. —Tem. Mas onde está elle? Perderam-n'o. *(com apparente commiseração)* perderam o meu bom senhor e irmão. Nos deleites o adormeceram para melhor o avassallarem. Deram-lhe uma esposa astuta por lhe fazerem descair do braço enfraquecido a lança victoriosa. As mãos já frouxas deixaram fugir as redeas do governo, quando importava tel-as mais altas. D. Sancho II era o rei do reino... D. Mecia de Haro fez-se a rainha do rei! E que resultou? O que vêdes. O soberano infeliz... um monarcha sem throno, sem terra, e sem thalamo... passou dos braços de uma mulher para as clausuras de Toledo! — Basta ao reino este rei?

Mart. — Basta o seu nome. Eu não julgo quem me poz aqui: obedeço.

D. Aff. — E só por timbre de obediencia heis de ser indifferente aos males que devastam a vossa terra? Quereis que hoje se desconjuncte a monarchia ainda hontem nascida? Ás portas d'esta cidade tenho ha um anno detidos os meus pendões! Este é o derradeiro obstaculo aos altos designios que me trouxeram. Parar fôra loucura, retroceder affronta. Bem o avaliaes, senhor alcaide. Indispensavel é passar ávante.

Mart. *(placidamente)* — Passae.

D. Aff. — Olhando para esta cidade tão bella, para os seus defensores tão esforçados, para vós, sobre tudo, Martim, para vós tão heroico e tão grande, quiz vir eu mesmo para vos dizer, para vos expor isto, para vos supplicar, se é preciso, que não arrisqueis os vossos cavalleiros, que não derrameis o vosso sangue... sobre tudo, que me não obrigueis a apontar-vos a lança ao peito, a esse peito magnanimo, que eu para mim quizera, mais ainda que a cidade, mais ainda que a victoria.

Mart. *(inabalavel e sorrindo)* — São grande honra os vossos louvores, senhor infante, mas vem transviados *(com inteireza)*. Se me prezaes por leal, como podereis estimar-me traidor?

D. Aff. — Traidor! Em que? — Meu senhor D. Sancho não tem herdeiro mais proximo do que eu... e está agonisante.

Mart. *(friamente)* — Esperae então. Esperareis pouco. Portugal é pequeno para dois senhores.

D. Aff. *(cessando de conter-se e prorompendo)* — Tende piedade de vós!... tende piedade de Coimbra, Martim!... Coimbra ha de ser minha... pela espada de meus avós o jurei!

Mart. — Coimbra é uma cidade de reis: não póde pertencer... nem mesmo a um principe.

D. Aff. — Não; tambem assim o entendo... *(como reflectindo para si)* Esperar!... esperar que de um momento para o outro um novo trama se teça! *(a Martim)* Trazia-vos a paz; preferis a guerra. Assim seja. Coimbra quer um rei por senhor?... Trataremos de lhe fazer a vontade... Terá em D. Affonso de Bolonha um senhor... e um...

Mart. *(atalhando-o gravemente, e tomando um tom solemne e severo)* — Essa palavra, não, que vos faria rebelde! — Escutei-vos longamente... escutae-me tambem. — Senhor infante, que dirieis se vos despedissem dos vossos senhorios de Bolonha, para lá ir outrem regel-os? Que dirieis se os alcaides dos vossos castellos vos quebrassem o preito? Dirieis que tinham vendido a honra; dirieis que tinham faltado á fé. — Eu digo o mesmo.

D. Aff. — E as razões que vos dei?

Mart. *(crescendo em intimativa)* — Razões para a honra, senhor infante! A honra não se discorre, tem-se; com a consciencia não se argumenta, sente-se. A palavra, a fidelidade, ou é uma, ou nada. Se o monarcha vagueia sem throno, o marido sem thalamo, o senhor sem terra, que importa? Longe ou perto, o rei para mim está presente sempre: está no meu juramento. E quem o lançou do throno? quem o afastou do reino? quem lhe enviuvou o leito? Se tem já aberto o tumulo, quem o impelliu para elle? Os mesmos que vos chamaram!

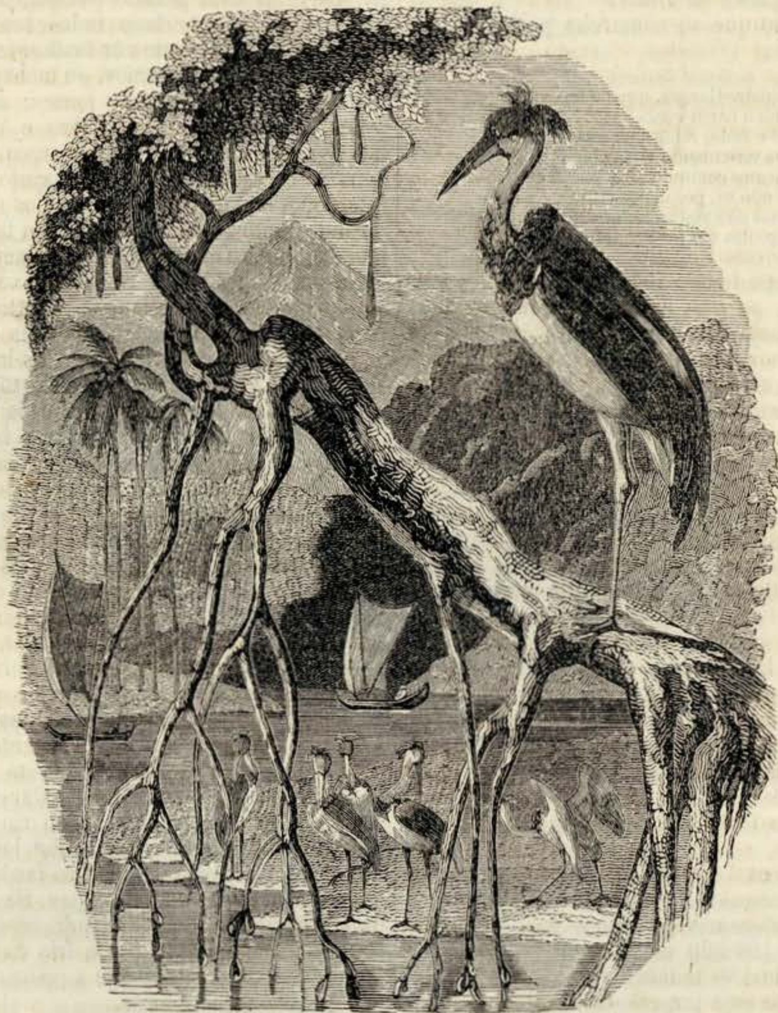
D. Aff. *(severamente querendo interrompel-o)* — Reparae...

Mart. — Eu escutei-vos. *(proseguindo)* Foram esses, e ousaram accusal-o dos proprios golpes com que o feriram! — Para a consciencia e para a lealdade o dever cresce com o infortunio. Quanto mais desam-

parado, mais senhor. Á corôa que lhe deu o nascimento junta a corôa que lhe dá a desgraça. Acata-se o rei; venera-se em dobro o rei e o martyr.

D. Aff.—Essas palavras, M. de Freitas, offendem o irmão e o successor do mesmo que dizeis acatar.

Mart. — Irmão! Sou eu que o esqueço? Successor! Engeitará elle estas palavras? — Em que assentaria então o seu poder? *(pausa)* Na egreja de Santa Cruz está uma lapida que tem em cima a cruz de uma espada... a espada, a força; a cruz, a fé... a força pela fé. Debaixo d'essa lapida jaz o nosso primeiro rei, que foi o nosso primeiro homem, duas vezes nosso herôe, duas vezes vosso avô! O cerco estreito que nos pozestes, pozestel-o tambem á sua sepultura. — Dêsque este cerco principiou, vou alli todos os dias, pensar e orar sobre aquella campa veneranda. Sabeis o que me diz lá de dentro a voz do sepulchro... a voz que não mente? Diz-me: «Essa monarchia foi levantada pelo esforço de muitas vontades espontaneamente sujeitas a uma só vontade. O cimento que a segura é a lealdade. É o juramento o laço que prende ao senhor supremo outros senhores como elle. Roto este laço, não ha unidade nem força. Esquecido o dever, correm soltas as ambições.» Isto, senhor, se me gravou n'alma. Esta fé se me entranhou no coração. É tarde já agora para mudal-a. Não conheço artificios de curiaes, não sei medir os vossos subtis juizos...



Paizagem da foz do Ganges

mas sinto o que digo, e digo o que sinto! Doem-vos as calamidades d'esta terra? Tambem a mim. Quereis porém atalhar as discordias, incitando as infidelidades? Quereis remediar o mal aggravando-o! Tambem, se é preciso, vos supplico, e supplico-vos de joelhos: *(ajoelha)* sereis rei algum dia — um grande rei talvez — maior se souberdes esperar. Pelo vosso reino, senhor, não quebreis o fiador do sceptro! pelo vosso throno, principe, não arrisqueis, para ganhar a corôa, a segurança d'ella! Respeitae os que juraram! Guardae o que está jurado.

D. Aff. *(erguendo-o)*—Levantae-vos, senhor alcaide Coimbra. Um homem, como vós, não ajoelha... senão a Deus. Nada mais vos direi. Ambos temos razão talvez... cada qual por seu modo. São diversos os nossos destinos: seguil-os-hemos. Aqui entrei com uma esperança; sáio com um pezar — ter-vos achado no meu caminho.

Mart. — Não vos sai eu ao encontro, sr. infante.

D. Aff. — Não... nem eu posso recuar. Guarde-vos Deus. *(para sair)*.

Mart. *(indo abrir-lhe as portas, mas detendo-o com o gesto)* — Uma advertencia.

D. Aff. — Uma advertencia a mim!

Mart. — Essencial. — Saireis da cidade acompanhado dos meus como entrastes.

D. Aff. — É justo.

Mart. — Tendes em Coimbra um emissario... não heis de ignoral-o.

D. Aff. — Estaes prevenido?... *(sorrindo)*. Já vêdes que importa vir soccorrel-o.

Mart. —Vinde. Espero-vos.

D. Aff. — Que quereis agora?

Mart. —Vejaes o que virdes, encontreis o que encontrardes, não descobrireis o rosto, não levantareis a voz, não fareis um signal... deixar-vos-heis conduzir por onde vos levarem... Daes-me palavra de o fazer?

D. Aff. — Palavra... de infante! *(sáe)*.

PAIZAGEM DA FOZ DO GANGES

....
Ganges, no qual os seus habitadores
Morrem banhados, tendo por certeza,
Que inda que sejam grandes peccadores,
Esta agua santa os lava e dá pureza.

Camões — Canto x. est. 121.

Quem não conhece a maravilhosa ficção do iv canto dos *Lusiadas*, em que apparecem, n'um sonho, a el-rei D. Manuel, o Ganges e o Indo, na figura de

Dois homens, que mui velhos pareciam,
De aspecto, inda que agreste, venerando,

incitando-o á conquista da India?

Foi o grande rio que ao monarcha portuguez fallou n'estes termos:

Eu sou o illustre Ganges, que na terra
Celeste tenho o berço verdadeiro:
Est'outro, é o Indo, rei, que n'esta serra
Que vês, seu nascimento tem primeiro.
Custar-te-hemos comtudo dura guerra:
Mas, insistindo tu, por derradeiro,
Com victorias não vistas, sem receio,
A quantas gentes vês porás o freio.

E assim foi. Quasi toda a India avassallámos, mas que de trabalhos, perigos e vidas nos não custou! Para que! Para hoje nos disputarem até o padroado, que bem adquirimos por ter plantado n'aquelle Oriente a religião de Christo.

Testimunhas foram as aguas do Ganges das façanhas que nas suas plagas praticaram nossos avós; do poderio das nossas armadas; da opulencia do nosso commercio; hoje os palmares, os bosques e paizagens, que frondejam os rios da India, são para nós tristes cyprestes d'aquelle cemiterio do nosso antigo imperio na Asia, dando ainda piedosa sombra ás ossadas de milhares e milhares de portuguezes que alli jazem.

Á excepção de algumas provincias ainda habitadas pelos povos independentes, ou nominalmente feudatarios, e das possessões portuguezas e francezas, a India é hoje da Inglaterra, que a subjuga com braço de ferro, tendo alli um exercito permanente de 300:000 homens, atemorisando-a com rigorosos castigos, ou antes barbaridades inauditas, como se viram na encarniçada lucta de 1857 com o famoso caudilho Nena-Sahib.

A India continental ingleza é já uma região immensa, cujas fronteiras percorrem uma linha egual a metade da circumferencia do globo. Tem de superficie 1 milhão e 400:000 metros quadrados; e de população perto de 180 milhões de almas.

Começaram todo este imperio com a ilha de Bombaim, que Portugal deu em dote á infanta D Catharina, filha de D. João iv, quando casou com Carlos ii de Inglaterra!

Divide-se a India em duas grandes peninsulas separadas pelo Ganges; uma, a Transgangetica, só em parte conhece a civilisação européa; a outra, o Indostão, fórma um triangulo enorme, cuja base fica ao sul e o vertice ao norte, banhado do lado occidental pelo mar das Indias, e do outro lado pelo golpho de Bengala. Ao norte está a India separada do Thibet pelos pincaros nevados do Hymalaia. Dois rios caudaes, o Indio de 1700 milhas, e o Ganges de 1350, e seus confluentes, a regam, a fertilisam, e ás vezes a devastam com a furia das suas correntes.

Cingindo-nos á estampa que deu assumpto a este artigo, copiada da recente viagem a Calcuttá de mr. Georges de Longpérier; e explicando os versos de Camões que pozemos por epigraphe, diremos que o Ganges é para os indios o rio sagrado por excellencia; o que fertilisa as suas ricas e deliciosas provincias; o que permitte aos indigenas exportarem os productos do seu clima e da sua industria.

Este rio immenso, que recebe as aguas de muitos outros que o engrossam, atravessa as regiões montanhosas do Thibet, na extensão de 250 legoas, para vir regar as formosas campinas da India; e dos sobejos ainda dá ao Oceano 2500 pés cubicos de agua por segundo!

Creram os antigos que o Ganges tivera a sua origem no paraiso terreal; e os indios tem para si que nasce no ceo, que é o rio dos deuses, e como tal o veneram. Duas vezes ao dia vão alli fazer as suas preces, abluções e penitencias, os fieis de todas as classes; os bonzos, com passo grave e rosto severo; os rajás com grande pompa, uns em carros de bambú tirados por bois todos brancos, enfeitados com laçaria de fitas de côr brilhante; outros levados em palanquins riquissimos, ou montados em elephantes cobertos de preciosos jaezes; as damas e donzellas com brincos nas orelhas e nariz, braceletes nas pernas e braços, flores de areca nas tranças, com véos de cassa transparente, lançados ao hombro esquerdo, d'onde descem á roda dos quadris, figurando um manto leve e gracioso. Em fim, homens, mulheres, velhos e meninos, todos se mergulham n'aquellas ondas sagradas, para alli deixarem as manchas dos peccados que hajam commettido, bebendo em repetidos tragos o perdão das suas culpas!

Para fazerem estas abluções, os indostães mettem-se no rio, viram-se para o sol, tomam a agua no covo da mão direita, e lançam-na para tres partes do horisonte. Depois tomam tres bochechos, tendo cuidado de não tocar os beiços nem o rosto com a mão. Feito isto, lavam o corpo todo, recitando uma especie de ladainha, em que se repete muitas vezes o nome de Deus, pelo qual tem grande veneração.

Em quanto uns se limitam a este banho quotidiano, outros vão fazer penitencia enterrando-se no lodo sagrado do Ganges, levantando para o ceo um braço, outros os dois, alguns uma perna, e n'esta postura se conservam semanas inteiras, mezes, e até annos! As moscas, os mosquitos e milhares de insectos lhes vem sugar o sangue; o sol vae-os assando a pouco e pouco, mas os penitentes tudo soffrem, ou nada sentem; a sua alma está já immersa nas bemaventuranças de Budha; e dar-se-hiam por felizes se uma cheia repentina do rio os arrojasse ao mar, ou se algum crocodilo lhe levasse nos dentes uma parte do corpo, asqueroso fardo de que elles se querem ver livres quanto antes. Se tal acontece, feliz do penitente que terá por sepultura o proprio Ganges, sem esperar que o frio da morte, gelando-lhe os membros, o obrigue a pedir que o precipitem nas ondas regeneradoras.

Dizem que esta superstição dos indios provém de acreditarem que o Ganges saíu do cerebro de Budha; mas póde ser que a razão primitiva d'estas abluções, e da crença na santidade do grande rio, se funde em systemas de hygiene, e no sentimento de gratidão que ao homem inspira a agua fecundadora e salutar.

Todas as margens do Ganges são sagradas; porém as ilhas do Delta, e alguns sitios onde elle recebe as aguas de outros rios, attrahem principalmente os peregrinos. Sobretudo os confluentes do Makananda são logares celebres pelos milhares, e dizem que milhões, de devotos que alli concorrem do fundo do Thibet, do Lahore, etc. Como n'aquellas paragens ha grandes caldeiras naturaes, os peregrinos podem-se banhar nas ondas milagrosas sem perigo, pelo que pagam uma pequena contribuição aos bramanes encarregados da limpeza e guarda d'aquellas caldeiras.

Estas romarias favorecem muito o commercio,

porque em todas ellas ha uma feira. Além d'isto conservam e reanimam o espirito nacional, e tão efficazmente, que em quanto durar esta crença na virtude purificativa das aguas do Ganges, o poder inglez não estará seguro no Indostão; e de uma d'estas romarias ha de partir, mais tarde ou mais cedo, o grito de liberdade politica e religiosa, que que subtráia a India á influencia européa.

DOCUMENTOS INÉDITOS PARA A HISTORIA DA RESTAURAÇÃO DE 1640

Relação de tudo o succedido entre as armas felicissimas del-rei D. João o IV, e as do exercito del-rei de Castella, governado pelo marquez de Terracusa, desde que saiu de Badajoz a sitiar a praça de Elvas até que se retirou. Escripta por D. Diogo de Lima, que se achou no mesmo sitio.

Saíu o marquez de Terracusa da cidade de Badajoz, praça de armas del-rei de Castella, a 28 de novembro á tarde, pondo aquelle dia todo o seu exercito fóra, que constava de doze mil infantes, dois mil e quinhentos cavallos, dez peças de artilheria, dois morteiros com o trem necessario para tudo isto, cincoenta carros de mulas, quinhentas carretas, e muita outra quantidade de bagagem, e muitos gastadores; aquella noite fez alto entre a cidade e o forte de S. Christovão.

Ao dia seguinte, que se contavam 29 de novembro, marchou com seu exercito, e parou á ponte do Cáia, dando a entender que ia sitiar a praça de Campo-Maior, e logo alli fez alto: o dia seguinte, que se contavam 30 de novembro, marchou um pouco mais, e se veiu alojar a Ubeda, uma legoa d'esta cidade de Elvas. No primeiro de dezembro, em que se perfaziam quatro annos da feliz acclamação del-rei nosso senhor, abalou com todo o seu exercito, e veiu aquartelar-se nos olivaes d'esta cidade, onde se alojou sem perda nenhuma; foi o dia de tempestade grande de chuva e vento.

No dia immediato, que foram 2 de dezembro, veiu o marquez de Terracusa com 2:000 cavallos a reconhecer os postos onde havia de plantar suas baterias, e andando circumvallando a praça, recebeu alguma perda na cavallaria, que a nossa artilheria jogou por todas as partes em quanto elle andou reconhecendo; n'isto passou o dia até á noite, que se recolheu a seus quarteis.

Ao dia seguinte, que contaram 3 de dezembro, mandou o conde governador das armas guarnecer o posto do Casarão, que é o mais eminente e mais visinho, onde a muralha velha está sem fortificação, com coisa de 300 mosqueteiros. Ás cinco da manhã investiu o inimigo o posto com toda sua cavallaria, e infanteria velha, e o occupou com suas bandeiras, perdendo alguma gente investiram os nossos, e duas vezes o tornaram a rechaçar, e ganhar o posto e o inimigo. Mas era impossivel conserval-o, pela muita cavallaria do inimigo, que logo carregava a nossa gente; tornou-se a investir o posto terceira vez, mandando sair juntamente duas tropas de cavallaria que haviam ficado na praça, governadas pelo capitão D. Francisco de Azevedo; occupou a nossa gente o posto com bizarria, e o capitão D. Francisco de Azevedo chocou com a cavallaria do inimigo com grande valor até lhes fazer voltar as espaldas. Saiu o sobredito capitão com duas feridas, o braço direito passado com uma bala, e com uma estocada pelo sovaco que lhe passou ao hombro, mas fica fóra de perigo. Em todo este tempo jogou a nossa artilheria do castello, e mais plataformas que ficam eminentes áquella parte, de que o inimigo recebeu incomparavel damno. Retirada a nossa gente do posto para a estrada encoberta, e mais fortificações de fóra da praça, que sempre se occuparam, ordenou-se que á tarde se fizesse outra saida na mesma fórma, governando as tropas de cavallaria Lamole, capitão francez. Saiu a nossa gente, investiu o posto do inimigo, que já estava fortificado, deitou d'elle ao inimigo, e poucas vezes, ou nunca, se veria pelejar da maneira que nós pelejámos; e affirmam pessoas de credito, que quando chegámos a ganhar as trincheiras ao inimigo haveria 700 mortos. Quasi de noite se retirou a nossa gente, e ficou o capitão francez com um braço passado, mas tambem sem perigo. A 4 de dezembro amanheceu o inimigo coberto no mesmo posto com segunda trincheira para a retirada, mas não pôde, nem n'esse dia, nem nos seguintes, continuar a fortificação de modo que podesse alli fazer reducto, porque a nossa artilheria era muita, e lhe fazia grande damno; e assim, quando elles começavam a querer caminhar para a praça com aproxes, começavamos nós a caminhar para elles com aproxes, com o que se embaraçaram muito, e pararam com a fortificação que faziam n'aquelle sitio, no que tocava a caminhar para nós, e só trataram de se fortificar a si.

N'este dia á tarde saíram quatro soldados nossos a desafiar o inimigo ás suas trincheiras, e vendo que elles não queriam á espada, os desafiaram ás pedradas, atirando-lhes com torrões; estas, e outras acções que soldados particulares fizeram, intimidaram muito o inimigo. Ao fazer do aproxe feriram o capitão Antonio de Brito, do terço da armada; tambem está sem perigo.

A noite seguinte trabalhou o inimigo em fazer um cordão desde este reducto, que ia dar a mão com outro que fez na mesma eminencia chamado outeiro do Cirio, e d'ahi o seguiu até outra eminencia defronte do forte de Santa Luzia, onde amanheceu a 6 de dezembro com bateria plantada para aquelle forte, de dois meios canhões, e duas peças de dez com que bateu o forte todo o dia sem lhe fazer muito damno, recebendo-o da mosquetaria e artilheria do forte que incessantemente estava dando cargas; e assim se passou o dia pelejando-se de parte a parte, e á noite tocando-se vivas armas.

Ao dia seguinte mandou o conde governador das armas fortificar um terço em Santa Luzia, da parte de fóra do forte, onde mandava pôr quatro canhões, com intento de desalojar o inimigo d'aquelle posto, e logo começámos tambem a caminhar para elle com aproxes; tirou elle esta manhã só quatro pessoas de artilheria ao forte, e ao meio-dia vimos que retirava a artilheria aos seus quarteis, ficando pelejando só com a mosquetaria, até que anoiteceu; pareceu-nos que retirava a artilheria para intentar aquella noite alguma escalada, ou mudar de quartel; assim, fizemos todas as prevenções necessarias a este fim; amanheceu o dia seguinte, em que se tornou a pelejar como d'antes, ainda que, das dez horas por diante, vimos que ia juntando o inimigo todas suas bagagens, e dispondo-as em fórma de marcha, e n'isto entreteve o dia até á noite, e depois de anoitecer começou a tocar varias armas, e quando amanheceu vimos que se ia retirando mais de legoa e meia d'aqui caminho de Badajoz, deixando pela retaguarda toda a sua cavallaria; fomos a ver os seus quarteis, onde achámos innumeravel quantidade de mortos mal enterrados, e um sargento castelhano que foi fugido a Olivença disse, que no primeiro dia entre mortos, feridos, e queimados de uma balla que dera em uns barris de polvora seus, perdêra o inimigo mil homens.

Isto é o que em summa passou n'este sitio, em que os portuguezes se lembrarão bem, que no valor

de seus paes e obrar de suas mãos consistia a perpetuidade de um rei natural, e defensão de sua patria. Os nossos mortos não chegaram a vinte, e perto de trinta feridos, dos quaes só quatro estão perigosos. Não morreu pessoa nenhuma de conta.

FUNERAES NA COCHINCHINA

A crença arraigada dos habitantes da Cochinchina, de que todos os bens e males succedidos ao homem provém do desvelo, ou da incuria em prestar as honras funebres a seus maiores, faz com que olhem pelos enterros com tanta attenção e cuidado, que chega a degenerar em praticas absurdas e ridiculas.

Maus filhos, que desprezaram seus paes em quanto vivos, e que talvez os deixassem perecer de miseria, assim que sabem do seu fallecimento, correm pressurosos, ainda que vivam longe d'elles, a celebrar-lhes o funeral com a maior pompa que podem.

Muitos ricos tem a prevenção de mandar fazer o caixão que os ha de encerrar. Ordinariamente é cavado em um madeiro, que se doura por dentro, e se orna por fóra de variados lavores.

Logo que se fina um individuo, acodem todos os filhos e filhas, vestem-no com os melhores fatos, e o collocam no ataúde. N'este encerramento ha tanto cuidado, como se se tratasse de mudar um pobre entrevado de uma cama para outra sem o molestar.



Chapeo de D. Pedro IV

Assim que o defuncto está mettido no caixão, parentes e amigos lhe vem offerecer peças de seda e joias, que entalam em todos os intervallos que não estão occupados pelo corpo; e tudo isto para que o fallecido não vá fazer triste figura no outro mundo, e possa lá apparecer honradamente.

Então préga-se a tampa do féretro, calafetam-se e betumam-se as juntas; e é d'esta fórma que os parentes, para demonstrarem o seu grande affecto ao morto, o guardam semanas, e até mezes, em casa.

Vem então um sacerdote fazer uma reza, ou encommendação, na qual pede ao But, que é um dos seus deuses, queira conduzir aquella alma ás deliciosas terras da India; e depois assigna a hora conveniente para o saimento.

Conduz-se o ataúde com grandes cautelas, para que o morto não dê algum baldão que o magoe.

Adiante vae um renque de homens com os braços levantados, segurando ao comprido sobre as cabeças uma peça de seda, que representa a ponte por onde a alma do defuncto tem de passar para o ceo. É indispensavel que a seda vá bem puxada, direita, e perfeitamente horisontal, para que a alma ao atravessar não escorregue, com o que se arriscaria a ir mergulhar na caldeira de Pero Botelho.

Os defunctos ricos levam sempre grande acompanhamento, em que não faltam danças guerreiras, que vão pelo caminho fazendo varios jogos de armas. Nem a concurrencia podia deixar de ser numerosa, visto ir-se distribuindo vinho em umas taçasinhas, por alma do finado, a todos os que o querem; e por isso não raras vezes succede que muitos dos devotos que acompanham o prestito, tem de vir para casa ás costas de algum caritativo amigo, ou visinho.

Os unicos que mostram algum sentimento são os parentes, que vão rodeando a tumba, vestidos todos de branco, que é a côr do seu lucto.

Apenas se chega ao logar da sepultura, que ordinariamente se abre no campo, o sacerdote indica o rumo para onde se deve collocar o caixão, e que lhe parece mais acertado e favoravel. Ha então o maior cuidado em aproar bem o esquife direito áquelle rumo, o que ha de dar descanço ao corpo, e fazer que a alma chegue a salvamento ao porto da bemaventurança.

Não cuidem os leitores que o defuncto depois d'isto fique socegado. Se a seus filhos succede algum transtorno, eil-os ás voltas com os ossos do pae: vão logo desenterrar o caixão, voltam-no para outros pontos, até lhes parecer que fica na posição conveniente.

Tres dias depois do enterro fazem-se novas exequias, a que assistem os seus sacerdotes. Esta mesma ceremonia se repete aos cem dias, e depois duas vezes cada mez durante tres annos.

Ha tambem uma especie de anniversario, ou um dia de finados, que se celebra pouco antes do fim do anno. Para isto se varrem e aceiam, todas as sepulturas; e os parentes dos defunctos lhes vão offerecer diversas comidas; e depois de terem pranteado por um bocado, acabam por comer tudo que offereceram aos mortos.

Mas todo este ruido com que se celebra o funeral de qualquer particular, desapparece quando se enterra o monarcha. Então a ceremonia é feita quasi ás escondidas, para que os genios inimigos do imperio não aproveitem a occasião de lhe causar novos desastres.

O CHAPEO DE D. PEDRO IV

No museu portuense se guardam, como reliquias memoraveis para aquella cidade, e saudosa recordação para todo o reino, a espada, oculo e chapeo que o imperador D. Pedro trouxe durante o cerco do Porto.

Todos os povos civilisados conservam e respeitam os objectos que pertenceram aos seus homens illustres, aos seus heroes, mórmente quando lhes memoram feitos que respeitam á liberdade e gloria da patria.

Não é Portugal dos mais cuidadosos na conservação de taes reliquias, mas as que possue tem todas um valor inestimavel.

N'esse numero será sempre contado o chapeo de D. Pedro IV que a nossa estampa desenha.

ERRATA

A pag. 224, segunda columna, linha 23, no artigo «estudos da lingua materna», onde se lê *prestam*, emende-se *presta*.